



RAIZ AFRICANA
AdUFRJ inicia programa de visitas guiadas para filiados com incursão à Pequena África, reduto que guarda a memória da cultura negra no Rio

Página 8

ELEIÇÃO PARA REITORIA COMEÇA NA TERÇA, 25. RESULTADO SAI SEXTA

Páginas 4 e 5

UNIVERSIDADES
se mobilizam pelo retorno das
PROGRESSOES

Página 3

EDITORIAL

CAR@ COLEGA

DIRETORIA

Dois temas centrais no dia a dia da AdUFRJ são os destaques desta edição, abordados na página 3: a proibição ao direito de progressões acumuladas, que tanto aflige os professores da UFRJ, e a recomposição orçamentária nas instituições federais de ensino. No caso das progressões, o governo Lula dá sinais de que pode mudar o injusto entendimento inaugurado em 2018, no governo Temer, e mantido na nefasta gestão Bolsonaro, de que o direito à progressão funcional só é efetivamente constituído após análise favorável de comissão avaliadora. E que a avaliação depende do interstício de 24 meses de efetivo exercício do docente em cada nível. As universidades federais, sobretudo UFRJ, UnB e Unir, estão mobilizadas para pôr fim a essa injustiça.

O tema das progressões é uma prioridade da AdUFRJ. No final do ano passado, o sindicato entrou na Justiça para garantir esse direito dos docentes. “Essa é uma reivindicação muito importante para os nossos filiados. Do ponto de vista formal, se o professor alcança produção suficiente nos interstícios, ele tem direito às progressões acumuladas”, defende o professor João Torres, presidente da AdUFRJ. No fim de março, em encontro na Universidade Federal de Rondônia, o procurador Jezihel Pena Lima, da AGU, deu indícios de que o governo pode mudar seu posicionamento: “A matéria voltou a ser discutida dentro da casa. Não me parece, sem demérito ao que foi feito no passado, que o entendimento deva ser mantido. Esperamos ter, em breve, um cenário diferente e mais justo para os docentes”.

A recomposição do orçamento das instituições federais de ensino, ignorado pelo governo Bolsonaro, começou a sair do limbo na quarta-feira (19), quando o presidente Lula e o ministro da Educação, Camilo Santana, anunciaram um aporte de R\$ 2,44 bilhões para universidades e institutos federais. Os valores retomam o orçamento global das instituições em 2019, último ano antes da pandemia. “A

ELEIÇÃO PARA O ANDES ENTRA NA RETA FINAL

As seções sindicais do Andes têm prazo até a próxima terça-feira (25) para definir a composição da Comissão Eleitoral Local (CEL) e enviar os nomes à Comissão Eleitoral Central (CEC) com vistas às eleições do sindicato nacional para o biênio 2023-2025, que ocorrem nos dias 10 e 11 de maio. Mesmo que não haja indicação de representantes das três chapas concorrentes, o funcionamento da comissão local estará garantido, como prevê o Regulamento Eleitoral, com nomes sugeridos pela própria seção sindical. Não há também impedimento de que os membros da CEL sejam filiados a outras seções sindicais.

Uma vez definida a comissão local, ela terá até o dia 3 de maio para divulgar as seções eleitorais aos indi-

calizados de sua base. Até o dia 9 de maio, as chapas deverão indicar à CEL os nomes dos fiscais para os processos de votação e apuração. Nesta quinta-feira (20), a AdUFRJ iniciou o envio postal do material de campanha das três chapas para seus quase 1.400 sindicalizados aposentados (foto).

É a segunda vez, nos 42 anos do Andes, que três chapas disputam as eleições do sindicato — a primeira foi em 1996. A chapa 1 — Andes pela base, apoiada pela atual diretoria do sindicato nacional, tem como candidato a presidente o professor Gustavo Seferian (UFMG). A chapa 2 — Andes-SN classista e de luta, uma dissidência do atual grupo que controla a entidade, apresenta como candidato a presidente o professor André Guimarães (Unifap). Expressão política do principal grupo de oposição à atual diretoria, a



ALEXANDRE MEDEIROS

chapa 3 — Renova Andes traz como candidato a presidente o professor Luis Antônio Pasqueti, da UnB.

POLÊMICA

Esta semana, a Chapa 2 divulga uma carta em que denuncia suposta arbitrariedade por parte da Comissão Eleitoral Central do Andes ao solicitar, no dia 7 de abril, após a homologação das chapas (ocorrida em 15 de março), a substituição da professora Danielle Dias da

Costa (UEAP), candidata a 2ª secretária da Regional Norte II. A alegação para a substituição é de que a docente não estaria em dia com suas contribuições sindicais, o que é contestado pela chapa 2, para quem a candidata está em pleno gozo de seus direitos sindicais. Apesar do recurso apresentado pela chapa 2, a CEC confirmou, na terça-feira (18), a decisão de manter a eliminação da professora Danielle.

de Tecnologias Sociais, do projeto Universidade das Quebradas, e o Fórum M, espaço acadêmico votou em branco. Heloisa é diretora do Programa Avançado de Cultura Contemporânea (PACC-Letras/UFRJ), onde coordena o Laboratório

30, que era ocupada por Nélida Piñón. O pintor e escritor Oscar Araripe teve dois votos. Um acadêmico votou em branco. Heloisa é diretora do Programa Avançado de Cultura Contemporânea (PACC-Letras/UFRJ), onde coordena o Laboratório



HELOISA BUARQUE DE HOLLANDA É ELEITA PARA A ABL

Professora emérita da Escola de Comunicação, Heloisa Buarque de Hollanda foi eleita para a Academia Brasileira de Letras nesta quinta-feira (20). A escritora recebeu 34 dos 37 votos em disputa para a cadeira

CARTA DA ADUFRJ DESTACA PONTOS FUNDAMENTAIS PARA A CATEGORIA

A vice-presidente da AdUFRJ, professora Mayra Goulart, esteve em Brasília para entregar à mesa de negociação setorial dos docentes uma carta com reivindicações para a categoria. O documento toca em pontos fundamentais para a base da AdUFRJ, como recomposição salarial, progressão de carreira e o direito aos adicionais ocupacionais.

A carta foi entregue a representantes do Legislativo, como o deputado Daniel Soranz (PSD-RJ), e do Executivo, como a secretária de Educação Superior do MEC, Denise Pires de Carvalho. A professora também apresentou o documento ao presidente da SBPC, Renato Janine Ribeiro, e à presidente da Academia Brasileira de Ciências, Helena Nader.

“Estamos entregando esse documento com as nossas reivindicações por que esse é o tipo de sindicalismo que defendemos, que não se faz apenas com palavras fortes, mas que dialoga, acompanha e cobra dos parlamentares e do Executivo”, explicou Mayra.

Leia as reivindicações da carta.

1. Recomposição contínua das perdas inflacionárias;

2. Manutenção, simplificação e desburocratização dos processos de progressão, facilitando o acesso do docente aos diferentes níveis da carreira, como estabelecido na lei 12.772/2012 (Plano de Carreira do Magistério Superior);

3. Revisão das decisões restritivas acerca dos adicionais de insalubridade e periculosidade, em especial aos docentes das universidades federais, que representam 80% da pesquisa do país;

4. Maior acesso dos pesquisadores a oportunidades de bolsas de pesquisa e novos programas oferecidos pelos fundos públicos;

5. Formação permanente dos docentes com a garantia de condições para seus processos de capacitação, incluindo as licenças e afastamentos;

6. Recomposição das verbas indenizatórias (per capita, auxílio creche e vale alimentação), sem reajuste há mais de sete anos.

UFRJ, UNB E UNIR SE UNEM PELAS PROGRESSÕES

Advocacia-Geral da União rediscute proibição firmada desde 2018, ainda no governo Temer. Universidades esperam mudança da normativa na gestão Lula

KELVIN MELO
kelvin@adufrrj.org.br

Um dos problemas que mais afligem os professores, a proibição ao direito de progressões acumuladas pode estar com os dias contados. As universidades federais, em particular a UFRJ, a Universidade de Brasília e a Universidade de Rondônia, estão mobilizadas para revisar a decisão que impediu as progressões.

Elas foram vetadas em 2018, quando um ofício da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) uniformizou o injusto entendimento para toda a administração federal. Ainda era o governo Temer, mas a decisão foi mantida na gestão Bolsonaro.

Mas desde o começo do governo Lula o clima mudou na Advocacia-Geral da União. A AGU atuou de forma decisiva para a edição do texto de

2018, mas hoje já rediscute a interpretação de que o direito à progressão funcional só é efetivamente constituído após análise favorável de comissão avaliadora. E que a avaliação depende do interstício de 24 meses de efetivo exercício do docente em cada nível.

“O tempo de turbulência acabou. Vocês serão ouvidos. Esperamos ter, em breve, um cenário diferente e mais justo para os docentes”, ponderou o procurador Jezihel Pena Lima, da AGU, em encontro realizado na Universidade Federal de Rondônia, no fim de março. “A matéria voltou a ser discutida dentro da casa. Não me parece, sem demérito ao que foi feito no passado, que o entendimento deva ser mantido”, afirmou.

Jezihel, que já foi procurador-geral da UFRJ, argumenta que o novo governo pode ser sensível ao pleito. “No passado, tivemos grandes instituições,

como a UnB, que pediram a revisão. Eu fui procurador-geral da UFRJ. A gente viveu isso lá também. E ninguém foi ouvido pelo governo da época”, relatou. “De antemão, posso afirmar para vocês que a pauta de vocês é justa”, reforçou.

Reitora anfitriã do encontro na UNIR, a professora Marcela Pereira concordou que o governo Lula pode representar um divisor de águas no imbróglcio. “Hoje, temos um novo marco, um novo governo. Mas a autonomia universitária não me permite, administrativamente, enfrentar esse desafio sozinho”, disse. A dirigente relatou os impactos negativos para muitos professores da instituição, que tiveram anos de trabalho desconsiderados no desenvolvimento da carreira. “Isso é inadmissível do ponto de vista institucional”, completou.

A reitoria da Universidade de Brasília também apoia a mobi-

lização para mudar as regras sobre progressões acumuladas. Ainda em 2018, a instituição enviou pedido de reconsideração à AGU sobre o caso. “Ao prever o início dos efeitos financeiros no momento em que o docente cumprir o interstício e os requisitos estabelecidos em lei, (o artigo da lei da carreira docente) não deixa dúvidas quanto ao caráter meramente declaratório do ato administrativo que concede a progressão funcional”, escreveu a reitora Márcia Abrahão Moura, à época.

“Existe um consenso nas universidades de que isso é importante”, afirma o reitor da UFRJ, professor Carlos Frederico Leão Rocha. O dirigente explica que a mudança precisa ser aprovada no Sipeq, que é um sistema de gestão de pessoas vinculado ao Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos. “A AGU pode contribuir para essa discussão com pareceres favo-

ráveis”, completou.

No final do ano passado, a AdUFRJ entrou na Justiça para garantir o direito. “As avaliações das progressões apenas ratificam uma produção acadêmica e um tempo exercido pelo professor na universidade”, argumenta a assessora jurídica Ana Luísa Palmisciano.

Presidente da AdUFRJ, o professor João Torres considera que está mais do que na hora de corrigir a injustiça. O direito às progressões acumuladas foi uma das demandas entregues pela diretoria às chapas que concorrem à reitoria da UFRJ. “Essa é uma reivindicação muito importante para os nossos filiados. Do ponto de vista formal, se o professor alcança produção suficiente nos interstícios, ele tem direito às progressões acumuladas”, afirmou. “Não interessa se ele faz o pedido de progressão muito tempo depois”, completou.

mais administrável do que a que o orçamento deste ano nos colocava”, completou o dirigente.

A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) ainda não tinha uma análise completa dos valores destinados às universidades até o fechamento desta edição, mas valorizou o anúncio das novas receitas. “No segundo semestre do ano passado, quando foi enviada a proposta orçamentária de 2023, reitores e reitorias entraram num estado de total apreensão. Vimos que 2023 seria impossível”, afirmou o presidente da entidade, professor Ricardo Marcelo Fonseca. “Essa recomposição vai viabilizar o funcionamento das nossas universidades”.

Havia uma expectativa para o recebimento de R\$ 1,725 bilhão, conversada durante a formulação da PEC de Transição — que viabilizou o atual aporte. Seriam R\$ 1,5 bilhão de custeio e R\$ 250 milhões para investimentos. “Esses R\$ 250 milhões vieram. Mas desse R\$ 1,5 bilhão, houve descontos para cobrir outras despesas do MEC na educação superior, como bolsas de residência ou reajuste de bolsas da Capes”, afirmou o presidente da Andifes. As rubricas não contavam com os respectivos recursos, por defeito da proposta orçamentária enviada pelo governo anterior.

“As universidades ficarão sem esses valores como orçamento direto, mas como benefício indireto”, concluiu. (Kelvin Melo)

UNIVERSIDADES COMEMORAM SUPLEMENTAÇÃO, MAS QUERIAM MAIS

RICARDO STUCKERT



Maltratada até o último minuto do governo Bolsonaro, a educação superior federal recebeu um afago na quarta-feira (19). Em pouco mais de cem dias de mandato, o presidente Lula e o ministro da Educação, Camilo Santana, anunciaram um aporte de R\$ 2,44 bilhões para universidades e institutos. O valor permitirá uma retomada do orçamento global das instituições em 2019, último ano antes da pandemia. Só a UFRJ terá um aumento de R\$ 64 milhões. Ainda que insuficientes para fechar as contas do ano.

“A nossa expectativa, em janeiro, era receber o orçamento de 2019, corrigido pela inflação. Recebemos o orçamento de 2019 a preços correntes”, resume

o reitor da UFRJ, Carlos Frederico Leão Rocha. “No entanto, é um avanço em relação ao orçamento inicial enviado ao Congresso”.

Na prática, o que o reitor chama de orçamento de 2019 corrigido pela inflação seria um suplemento de R\$ 1,7 bi. Sem a correção, o que as universidades vão receber é R\$ 1,3 bi.

“Todo mundo sabe que nenhum país do mundo se desenvolve sem antes investir em educação, ciência e tecnologia”, disse Lula. “O que estamos anunciando aqui hoje é uma semente que estamos colocando na educação. Esperem que ela vai crescer, florescer e dar os frutos de que o nosso país tanto precisa”, completou.

A semente plantada já foi motivo de comemoração. Vice-presidente da AdUFRJ e coordenadora do Observatório do Conhecimento, a professora Mayra Goulart acompanhou a cerimônia de anúncio da recomposição orçamentária, no Palácio do Planalto, em Brasília. “Este é o melhor presente que o Observatório poderia ter ganho no seu aniversário de quatro anos, que é hoje”, afirmou. A retomada do orçamento nos índices de 2019 era um dos pleitos do Observatório. “É uma conquista nossa, no tocante ao orçamento geral para pesquisa, ciência, tecnologia e ensino superior”.

Por enquanto, uma conquista com ressalvas. “Na verba referen-

te às universidades, a recomposição ficou aquém do desejado”, acrescentou.

O pró-reitor de Finanças da UFRJ, professor Eduardo Raupp, também comemorou a inversão de tendência, após quatro anos de reduções do orçamento. A universidade terá um aumento das receitas de R\$ 313,6 para R\$ 377 milhões. “A gente sabia que não daria para recompor tudo logo no início do governo, mas há o esforço de recomposição e a perspectiva de continuar recompondo nos próximos anos”, disse.

A UFRJ tinha uma previsão de ficar com quatro meses em aberto ao final do ano, antes do anúncio. “Devemos ficar com dois. Já é uma situação bem

Últimos debates entre reitoráveis agitam UFRJ

> Semana teve três encontros oficiais entre as chapas que concorrem à reitoria da universidade. CCMN, Caxias e CCS receberam os candidatos. Eleições acontecem nos dias 25, 26 e 27 de abril

SILVANA SÁ
silvana@adufrrj.org.br

Foi uma semana agitada na universidade. As duas chapas que concorrem à reitoria da UFRJ participaram dos últimos debates oficiais organizados pela comissão eleitoral.

No dia 17, a comunidade acadêmica se reuniu no Centro de Ciências Matemáti-

cas e da Natureza, “casa” da professora Cássia Turci, candidata a vice-reitora pela Chapa 10 “UFRJ para Todos”.

No dia seguinte (18), o campus Geraldo Cidade, em Duque de Caxias, ouviu atentamente as propostas das chapas para a universidade. O último debate aconteceu no Centro de Ciências da Saúde, “casa” do professor Roberto Medronho, candidato a reitor pela Chapa 10, e da professora

Katya Gualter, candidata a vice-reitora pela Chapa 20 “Redesenhando a UFRJ”.

Em cada debate, foram sorteados quatro temas para as chapas apresentarem suas propostas. Assistência estudantil foi um dos assuntos que atravessou boa parte dos debates.

Podem votar professores, técnicos-administrativos e estudantes de graduação e pós-graduação presencial e a distância.

Professores eméritos também votam nas eleições para a reitoria da universidade. O sistema Helios, de eleição virtual, será utilizado no pleito pela primeira vez. As eleições estão marcadas para os dias 25, 26 e 27 de abril. A apuração dos votos é no dia 28.

Veja a seguir, a posição que cada candidato apresentou nos debates sobre os propostos pela Comissão Eleitoral.

ORÇAMENTO



Vamos buscar orçamento público em todas as esferas, não apenas do MEC, mas no nível federal, estadual e municipais. Entretanto, não apenas. Precisamos estar junto com o governo na reconstrução nacional, ter parcerias público-privadas que alavanquem a UFRJ e o desenvolvimento social do país, a exemplo do Museu Nacional. Precisamos terminar as obras paradas. Compraram por alguns milhões de reais contêineres para o alojamento e depois foi feito um teste e eles pegavam fogo. Isso é incompetência. Retomaremos essas obras e já temos planos.”

Roberto Medronho – 19/4, debate CCS



A gente tem três eixos centrais no nosso orçamento: União, emendas parlamentares e receita própria. É preciso buscar a reposição do orçamento. Foi anunciada pelo governo a reposição aos patamares de 2019. Isso vai permitir pagar as contas e redimensionar os contratos de segurança e limpeza. Além de começar reformas nos prédios. Mas é preciso também buscar diálogo com a Faperj, UniRio, Uerj, Rural, além das parcerias com a Petrobras, por exemplo. Nossa tarefa junto à Andifes e ao MEC será que a gente tenha um orçamento pleno para 2024.”

Vantuil Pereira – 19/4, debate CCS

ZÔ GUIMARÃES



INFRAESTRUTURA



Precisamos investir na infraestrutura física. Existem várias obras que precisam ser finalizadas e, para isso, há duas questões fundamentais: uma reitoria itinerante e a revisão do nosso orçamento participativo. O orçamento participativo muitas vezes não atende às demandas das diferentes unidades e setores da UFRJ. Precisamos também pensar na infraestrutura de comunicação e gestão de informação institucional porque nossos sistemas hoje não conversam. Isso é fundamental para uma boa gestão e governança. Precisamos integrar a rede de comunicação intercampi.”

Cássia Turci – 18/4, debate Caxias



É preciso completar o processo do Reuni – que nós não fomos contrários, nós somos filhos do Reuni. A gente entende que é preciso completar o processo na etapa de infraestrutura, que não chegou de forma completa. É preciso, portanto, dizer que os colegas que foram contrários em parte tinham razão. Onde estão os prédios de Caxias? Onde estão os prédios do Fundão? A gente entende que a questão da segurança deve ser abordada no âmbito interno, com redimensionamento do contrato de segurança patrimonial. Hoje são 800 trabalhadores nessas funções.”

Vantuil Pereira – 18/4, debate Caxias

ZÔ GUIMARÃES



GRADUAÇÃO



Precisamos rever a nossa metodologia e a pedagogia do nosso ensino das diferentes graduações da nossa universidade. Precisamos nos preocupar com a assistência estudantil. Vamos ampliar o café da manhã do bandeirão, aumentar o número de refeições, lutar por um PNAES maior. Precisamos unir, de fato, graduação e a pós-graduação como se faz no ensino superior em vários lugares do mundo. Vamos ampliar a moradia estudantil. Temos uma proposta de ocupação dos prédios federais que foram fechados na pandemia e vamos transformá-los em residência estudantil.”

Roberto Medronho – 19/4, debate CCS



É preciso ir ao encontro de políticas contemporâneas, como as leis para o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena. Precisamos criar uma política de COAAS (Comissões de Orientação e Acompanhamento Acadêmico) coordenadas, que atuem junto à Pró-reitoria de Graduação e com interação com as pró-reitorias de Políticas Estudantis e de Pós-graduação. Precisamos falar também de assistência estudantil, de transporte público intercampi, bilhete único intermunicipal – já aprovado na Alerj – e ampliação do PNAES para nossos estudantes.”

Katya Gualter – 19/4, debate CCS

RAÇA E GÊNERO



“A atual gestão foi quem criou o NEABI (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas) e a Câmara de Políticas Raciais, que se transformará na Superintendência de Políticas Raciais. Quando eu entrei na direção da Faculdade de Medicina, tínhamos 87 alunos denunciados pelo Coletivo Negrex como supostos fraudadores das cotas, porque a gestão anterior à atual não criou a Comissão de Heteroidentificação, porque eram contra. Ela só foi criada lá no final da gestão. Nós vamos ampliar, institucionalizar e fortalecer essa comissão.”

Roberto Medronho – 18/4, debate Caxias



Faz mais sentido a gente defender uma política antirracista que seja integrada e transversalizada, ou seja, uma política que impacte os técnico-administrativos, os docentes e os estudantes. Uma política antirracista que incorpore e amplie as cotas raciais para pessoas com deficiência, para travestis e trans, de forma que a gente enfrente um conjunto de violências a que a população brasileira está submetida. Precisamos completar a política de cotas na pós-graduação, para bolsas de iniciação científica, para a população travesti, trans e quilombolas.”

Vantuil Pereira – 18/4, debate Caxias



FERNANDO SOUZA

INTERIORIZAÇÃO



Conseguimos regulamentar Macaé como um centro multidisciplinar. Isso foi um grande ganho. Precisamos agora regularizar todos os espaços que são ocupados pela UFRJ. Isso é um trabalho que precisa ser feito entre a UFRJ e as prefeituras. Infelizmente, muitos docentes que iniciaram esses projetos desistiram e as vagas foram perdidas. Precisamos devolver essas vagas tanto para Macaé quanto para Caxias. Precisamos aumentar o número de cursos noturnos nesses campi para que aumente a segurança e seja viabilizado o bandeirão noturno em Caxias e Macaé.”

Cássia Turci – 19/4, debate CCS



Macaé e Caxias são construções institucionais, a gente precisa fortalecê-las. Esses espaços precisam ter presença plena no CEG, Consuni, CEPG e CEU. Em que pese termos ampliado vagas e criado cursos, o Reuni é incompleto em relação a Caxias. Também é preciso ter uma política que garanta a Macaé laboratórios. Que Macaé resolva a questão do espaço. É preciso que garanta, no caso de Caxias, um conjunto de ações que vá no sentido de ter um bandeirão noturno e ampliar, se possível, a presença de cursos noturnos nesses dois campi.”

Vantuil Pereira – 19/4, debate CCS



FOTOS: ZÔ GUIMARÃES

PÓS-GRADUAÇÃO



Precisamos fortalecer a nossa pós-graduação em todos os campos do saber e integrá-la. Temos uma proposta de realizar um Procad (Programa de Cooperação Acadêmica) interno à UFRJ. Também precisamos criar ações afirmativas na nossa pós-graduação. Recebemos pós-graduandos de todo o Brasil e a bolsa, mesmo com o reajuste, ainda é muito pequena. A atual reitoria já alocou R\$ 1 milhão para essa ação afirmativa, mas ainda é muito pouco. Precisamos criar programas de internacionalização. Também pensamos em subsidiar o TOEFL.”

Roberto Medronho – 17/4, debate CCMN



A pós-graduação é um espaço de enfrentamento às violências e de potencial empoderamento dos grupos vulneráveis. Precisamos completar as cotas para quilombolas e trans. Precisamos mudar os critérios do PIBIC que hoje favorecem mais os pesquisadores mais antigos. Os novos acabam não conseguindo bolsa e, portanto, têm dificuldade no desenvolvimento das suas pesquisas e na progressão da carreira. Segundo: é preciso ampliar as bolsas acadêmicas. Em terceiro lugar, é preciso desenvolver novas políticas que incluam, por exemplo, os tutores de EaD.”

Vantuil Pereira – 17/4, debate CCMN

FOTOS: ZÔ GUIMARÃES

COLÉGIO DE APLICAÇÃO



“A Chapa 10 é a favor da revogação do Novo Ensino Médio, que vai trazer graves prejuízos para a sociedade e para as nossas licenciaturas. Nosso Colégio de Aplicação é absolutamente fundamental. A Escola de Educação Infantil teve recentemente que sair do espaço onde estava – e ela é de responsabilidade do CFCH – por conta de infiltração. Não podemos permitir que esses espaços, vinculados ao CFCH, não tenham a prioridade necessária para o ensino de qualidade. Vamos fortalecer o Complexo de Formação de Professores e valorizar os docentes EBTT.”

Roberto Medronho – 18/4 debate Caxias



“Temos que solucionar alguns problemas em relação ao CAp, por exemplo, a questão do professor substituído. Todo ano o colégio fica na dúvida se terá ou não professor para as turmas. O prédio da Escola de Educação Infantil foi interditado. É importante dizer que é preciso uma política institucional que incorpore o CAp na estrutura da universidade de forma plena, participando, por exemplo, do CEPG. É preciso ter uma política também de assistência estudantil. E que o CAp possa ter cursos de pós-graduação, o que completaria sua maturidade acadêmica.”

Vantuil Pereira – 18/4 debate Caxias

EXTENSÃO



Temos propostas como, por exemplo, ampliar as ações de extensão com previsão de recursos para custeio e ampliação das bolsas de extensão; desenvolver política de inovação social com ações de extensão; ampliar ações de extensão com parceiros externos à UFRJ; estimular a mobilidade acadêmica da extensão; estabelecer parcerias para internacionalização. Também temos como meta aprovar a prestação de serviços como projeto extensão e vamos fortalecer o Festival do Conhecimento, o Conhecendo a UFRJ e a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia.”

Cássia Turci – 17/4, debate CCMN



O Conselho de Extensão precisa ser reconhecido pela universidade no mesmo grau de importância do CEG e do CEPG. Então, todas as decisões, como por exemplo a Cotav (Comissão Temporária de Alocação de Vagas), precisariam da participação do Conselho de Extensão no processo decisório. Até porque 10% da carga horária dos nossos currículos têm que ser de atividades de extensão. É um contrassenso que o CEU não participe da Cotav. Entendemos, ainda, que a prestação de serviços com fins lucrativos não deve ser compreendida como atividade de extensão.”

Katya Gualter – 17/4, debate CCMN

UFRJ terá bombeiros civis para combate a incêndios

> Contratadas por licitação, brigadas profissionais serão distribuídas pelos diversos campi em coberturas de 24 horas por dia. Esta semana, mais um incidente destruiu uma sala de aula no CCMN

IGOR VIEIRA
comunica@adufjrj.org.br

Em 6h40 da manhã de quarta-feira (19) quando funcionários da limpeza do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN) sentiram cheiro de fumaça no bloco H. Eles acionaram os bombeiros imediatamente, mas uma sala foi queimada. Assim começou mais um incêndio na UFRJ, o segundo em duas semanas e o mais recente de um histórico que inclui a tragédia do Museu Nacional e a destruição de parte do prédio da reitoria.

De 2018 para cá, aconteceram grandes e pequenos incêndios: na Ala F no Hospital Universitário; no Laboratório Central Analítica de Graduação, do Instituto de Química, localizado no bloco A do CT; mais um no edifício Jorge Machado Moreira (JMM), da reitoria, desta vez, no primeiro andar; e em duas salas da Coppe no bloco H, também no CT.

Mas há uma luz indicando a saída de emergência: a UFRJ contratou, por meio de licitação, brigadas de bombeiros civis profissionais. Eles serão alocados em diversos campi, sendo divididos em turnos, fechando uma cobertura de 24h. O incidente no CCMN ocorreu pouco antes da instalação das brigadas.

O decano em exercício do CCMN, professor Cabral Lima, explicou o “desencontro”: “Ainda faltam algumas questões de infraestrutura, como, por exemplo, comprar maca e equipamentos para primeiros socorros”.

Carlos Eduardo, assessor de segurança do trabalho da decania do CCMN, lamentou a perda do patrimônio: “Os bombeiros, já estando aqui, poderiam não só ter percebido o fogo durante uma ronda, como ter feito o primeiro combate, mitigando os efeitos e controlando-o”.

O superintendente da pró-reitoria de Gestão e Governança (PR-6), Rodrigo Gama, detalhou a alocação de bombeiros: “Para o dimensionamento dos postos de trabalho, a Coordenação de Projetos contra Incêndio/Escritório Técnico Universitário fez o estudo, que teve como base a área de cada edificação, as características de uso e o fluxo de pessoas, de acordo com a legislação”.

O superintendente também mencionou datas e valores: “Nos próximos 30 dias, ocorrerá a implantação de mais dois contratos para a operacionalização da



PARTE DAS MEDIDAS é a recarga de extintores: Huascar Filho, coordenador da Segurança e Saúde do Trabalho do CT, ensina como usá-los



O FOGO consumiu uma sala de aula do CCMN na quarta-feira (19)

brigada de incêndio em diversas unidades, o que custará R\$ 7 milhões por ano”. Ele afirma que serão, no total, 104 bombeiros, em escala de 12 x 36 horas.

A diretora da Escola de Belas Artes (EBA), professora Madalena Grimaldi, comentou a importância da brigada para o prédio perceberam o fogo, evacuaram as pessoas e chamaram os bombeiros. Mas a brigada, além de evacuar, pode agir no foco do incêndio na hora, assim como realizar resgates de pessoas presas no elevador e cuidar das vidas, não só do patrimônio”, detalhou Madalena.

Em 2016, o sétimo e oitavo andares queimaram, e estão danificados até hoje: “O incêndio foi na madrugada, mas eu só cheguei lá às 5h. Ainda tinha uma fumaça horrível, tudo quei-

mado, corredor preto, salas pretas. Minha grande preocupação era o Museu D. João VI, com o acervo mais precioso da UFRJ depois do Museu Nacional. Felizmente, o fogo não chegou nessa área”, desabafou.

O museu mais precioso da UFRJ também queimou, em 2018. O diretor do Museu Nacional, Alexander Kellner, disse que a brigada é bem-vinda: “Recebemos dois postos de 24h, mas para o museu são necessários três por turno. Mas não estou reclamando, agradeço à atual reitoria”, disse Kellner. Ele comentou sobre a fatídica noite: “Caso tivéssemos bombeiros em 2018, o fogo seria dominado. Eu assumi a diretoria do Museu Nacional seis meses antes do incêndio. Vou lutar para reconstruir o museu. Se as pessoas que podem fazer a diferença se omitirem, nada muda”.

O professor Kellner está oti-

mista com o novo governo: “Bati em muitas portas, tomei chá de cadeira e café frio. No governo Bolsonaro, eu nem tinha onde bater. O presidente Lula disse que agora não receberei um ‘não’, e o café vai estar quente (risos)”, lembrou.

Apesar da dificuldade, há avanços: “Em 6 de junho de 2024, quando o Museu completar 206 anos, abriremos a sala central do meteorito e a escada monumental, com baleia e claraboia. As pessoas vão poder entrar, não só olhar. Estou orgulhoso em anunciar isso”, revelou.

O campus Duque de Caxias também será contemplado com as brigadas: “Nos contemplaram com um edital, ainda aberto, porque estamos em outro município”, explicou a diretora do campus, Juliany Rodrigues. “É obrigação ter uma brigada em prédio público, para a segurança patrimonial e das pessoas. Temos nossa Comissão de Biossegurança de técnicos e professores, mas a brigada é um alívio também”.

O superintendente do Centro de Tecnologia, Agnaldo Fernandes, comentou sobre a brigada da Coppe: “Nossa ideia é trabalhar em conjunto com essa experiência acumulada pela equipe da Coppe e com a nova brigada, seja na execução ou na estrutura da universidade”.

DISCORDÂNCIAS

O professor Pedro Lagerblad, do Instituto de Bioquímica Médica e ex-diretor da AdUFRJ, apresentou uma visão diferente: “Uma brigada profissional, no

modelo da Coppe, é muito cara; custa mais que o treinamento para voluntários”. Ele considera a brigada voluntária do CCS um caso de sucesso: “Ela é formada por docentes, técnicos e estudantes que passaram pelo treinamento, possuem uma familiaridade maior com a estrutura, e se comprometem com a defesa e manutenção da UFRJ”.

“A ideia, então, é complementar a brigada voluntária com a profissional, que ainda é necessária: o incêndio no Museu Nacional, por exemplo, ocorreu no domingo de madrugada”, afirma Lagerblad. “Penso no componente social e na sustentabilidade. No governo Bolsonaro, estivemos aqui, não dependemos de nenhum ministério”.

O técnico Lucas Pinho, chefe da brigada voluntária do CCS, concorda: “Um mês de pagamento de brigadista é o suficiente para pagar o treinamento de cerca de mil pessoas”. Ele defende que pode ser ainda mais barato: “Estamos estudando, junto com o ETU, a criação de um centro de treinamento no Fundão, por volta de R\$ 1,5 milhão”.

“A brigada voluntária existe há 10 anos, feita de baixo para cima, pelos próprios servidores. Depois do episódio do Museu Nacional, diversas universidades expandiram suas brigadas, e a UFRJ não aumentou a sua”. Mesmo assim, tanto ele quanto o professor Lagerblad consideram a brigada profissional bem-vinda, por “dar cobertura” à universidade e evitar um desastre com vidas da comunidade acadêmica.

HUASCAR FILHO

Observatório reforça ações pela assistência estudantil

> Rede lança relatório sobre o PNAES e intensifica ofensiva junto ao Executivo, a parlamentares e a entidades da área de C&T por maior inclusão de alunos de baixa renda nas universidades públicas

LUCAS ABREU
lucas@adufjrj.org.br

Nesta semana em que completou quatro anos de existência, o Observatório do Conhecimento lançou, em Brasília, um relatório sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). O documento foi entregue a parlamentares, membros do Executivo e representantes de entidades ligadas à Ciência. Suas principais reivindicações são a recomposição do orçamento do programa, a universalização para todos os estudantes com renda familiar de até um salário mínimo, a garantia de um valor mínimo para as bolsas, atrelado ao salário mínimo estadual, e reajustes anuais com base no IPCA.

“As universidades são um caminho de inclusão, mas essa inclusão não vai acontecer sem que a universidade garanta aos estudantes políticas de permanência. Esse é um governo que tem compromisso com a renda básica. Estudantes que não têm renda não podem ficar nessa renda básica”, explicou a professora Mayra Goulart, coordenadora do Observatório e vice-presidente da AdUFRJ. “Por isso precisamos de um desenho melhor para o PNAES, com garantias mínimas para que todos os estudantes que têm direito ao programa sejam contemplados, e com benefícios que garantam a sua subsistência de maneira digna”, acrescentou.

O PNAES foi criado em 2008, por um decreto presidencial, para oferecer apoio socioeconômico a estudantes de instituições federais de ensino superior que enfrentam dificuldades financeiras e sociais para permanecerem na universidade. O programa garante o direito à assistência estudantil a todo aluno que possua renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, e prevê ações como o fornecimento de moradia estudantil, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital, esporte, cultura e lazer.

Devido aos cortes no orçamento que as universidades vêm sofrendo nos últimos anos, o PNAES foi encolhendo e deixando as universidades sem mobilidade orçamentária para sua expansão. A queda no orçamento das universidades coincide com um período de escalada da inflação, que, desde 2015, está acumulada em 59,47%,



FOTOS: DIVULGAÇÃO

de acordo com o IPCA medido pelo IBGE. Isso significa que o poder de compra da população foi reduzido a menos da metade, sem que as bolsas de auxílio pudessem ser reajustadas em um ritmo parecido.

“Nós vínhamos em um processo de crescimento da demanda pela assistência estudantil acompanhado de um crescimento dos recursos do PNAES. Os cortes na rubrica do programa começaram pequenos, mas em 2021 o orçamento foi reduzido em quase 20%. Em 2022 há uma pequena recomposição, mas o orçamento de 2023 foi elaborado com uma diminuição dos recursos”, contou a professora Maria Rita de Assis César, coordenadora do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace), ligado à Andifes, e pró-reitora de Assuntos Estudantis da Universidade Federal do Paraná.

AGENDA DA EDUCAÇÃO

Os representantes do Observatório que estiveram em Brasília participaram, na terça-feira (18), do lançamento da Frente Parlamentar Mista da Educação, que será presidida pela deputada Tábara Amaral (PSB-SP) e terá a deputada Ana Pimentel (PT-MG), professora da Universidade Federal de São João del-Rei, na vice-presidência de Educação Superior. No encontro, além da celebração pelo lançamento da frente, também foi lembrada a parceria entre os parlamentares e o Observatório.

“Foi, como sempre, uma agenda muito profícua. A Frente Parlamentar da Educação tem uma nova composição, mas a parceria com o Observatório continua”, comentou a professora Mayra Goulart.

Na manhã de terça-feira, o



“Precisamos de um desenho melhor para o PNAES, com garantias mínimas para que todos os estudantes que têm direito ao programa sejam contemplados”

MAYRA GOULART
Coordenadora do Observatório

grupo também participou da reunião do Fórum Interconselhos Nacional. As reuniões do fórum foram interrompidas em 2017, e este foi o primeiro encontro desde então, onde começou a ser debatido o Plano Plurianual Participativo, em que a sociedade opina sobre as prioridades para investimento de recursos em políticas públicas nos próximos quatro anos.

No encontro estavam presentes representantes da sociedade civil. Representando a Ciência estavam o presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Renato Janine Ribeiro, e da Academia Brasileira de Ciências, Helena Nader. “Há aqui representações com muita preocupação com a reinclusão social, tirar de novo o Brasil do



Observatório do Conhecimento começa ação em defesa da assistência estudantil



mapa da fome”, contou Janine Ribeiro.

A agenda de atividades na capital também teve encontros com parlamentares no Congresso Nacional. Para a professora Mayra, a agenda foi produtiva por manter o Observatório do Conhecimento como um agente importante na discussão sobre políticas públicas para as universidades e para a área de Ciência e Tecnologia. “O processo de reconstrução do Brasil vai exigir esforços da classe política, no Executivo e no Legislativo, e da sociedade civil. Nesse novo cenário, o papel do Observatório será continuar propondo, a partir de dados concretos, ações que fortaleçam a universidade e Ciência, que terão papel crucial nessa reconstrução”, avaliou.

UMA VISITA AO CORAÇÃO DE NOSSA RAIZ AFRICANA

FOTOS: DIVULGAÇÃO

MILENE GABRIELA
comunica@adufrrj.org.br

A julgar pela procura, a mais nova iniciativa da AdUFRJ para seus filiados já é um sucesso. Em menos de uma semana, todas as vagas para a visita guiada à região conhecida como Pequena África, na zona portuária do Rio, foram preenchidas pelos docentes e seus acompanhantes. O primeiro passeio acontecerá no último sábado de abril (29), com duração de três horas. Será possível conhecer um pouco mais do local que marcou a história e a memória da cultura africana no país, e que ainda é pouco conhecido por boa parte da população.

A programação foi anunciada no café da manhã oferecido pela AdUFRJ aos professores aposentados, no último dia 10. A ideia da visita partiu da professora Ana Lúcia Fernandes, da Faculdade de Educação e diretora da AdUFRJ. “Eu já fiz a visita. É interessante e emocionante. É uma parte do Rio que ainda não é muito conhecida e traz para a atualidade uma vivência que sempre foi silenciada e apagada”, diz.

A mostra será guiada pelo professor Gabriel Siqueira (foto abaixo), capoeirista e autor do livro “Cativeiro Carioca”, que também atua como guia de turismo em espaços não formais de aprendizagem. “Acredito que o Rio é um museu a céu aberto. É uma sala de aula interativa, e por isso estou aqui contando a história do nosso povo negro”, explica o professor de História, doutor pelo Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH - UERJ).



Fernando Cardoso, docente aposentado da Faculdade de Odontologia, conta que já cogitou fazer uma programação em áreas históricas portuárias e viu uma oportunidade para vivenciar a experiência. “Eu estava presente ao café da manhã feito com muito capricho e esmero, quando foi perguntado quem poderia se interessar pelo passeio”, lembrou ele, que aceitou o convite. Ele não se recorda de programas semelhantes feitos pelo sindicato. “Também acho interessante a forma pela qual a AdUFRJ tenta ser um suporte social de convívio com o grupo de aposentados”, elogiou. “Eu achei ótima a iniciativa da AdUFRJ”, vibrou Sandra Torres, também docente aposentada da Faculdade de Odontologia.

O termo “Pequena África” foi criado pelo sambista Heitor dos Prazeres, e hoje se refere à área composta pelos bairros da Saúde, Gamboa, Estácio, parte do Cen-



tro e de Santo Cristo, desde a Praça Mauá até a Cidade Nova, na região portuária do Rio de Janeiro.

Gilda Santos, docente aposentada da Faculdade de Letras, declarou o seu entusiasmo com a história do Rio de Janeiro. “Há tempos que não vou pelas redondezas daquela região. Acho que as visitas poderiam ser feitas mais vezes, porque há outros locais do Rio que mereceriam essa programação”, recomendou a docente. “Achei legal a iniciativa. E gostei que o sindicato lembrou dos professores por motivos culturais, e não políticos”, destacou Helena Ibiapina, docente aposentada da Faculdade de Educação.

O ponto de encontro do passeio será no Museu de Arte do Rio (MAR), às 9h. O trajeto terá cinco pontos de parada, começando pelo Largo de São Francisco da Prainha, reduto de moradia de ex-escravizados. A segunda parada é na Pedra do Sal, onde são feitas festas e rodas de samba que celebram a herança cultural africana na região. O Cais do Valongo, local de chegada ao país de cerca de dois milhões de africanos, é a terceira parada, seguida pelo Cemitério dos Pretos Novos, único sítio arqueológico de cemitério de escravizados preservado no continente americano. Por fim, o Morro da Conceição, local que possui ateliês de artistas locais e vistas privilegiadas do Centro, da Baía de Guanabara e do Morro da Providência, onde fica a primeira favela do Brasil.

Caso haja mais interessados pelo passeio, o sindicato irá compor uma lista de espera para uma visita futura. A manifestação de interesse deve ser feita pelo e-mail adufrrj@adufrrj.org.br. O programa é gratuito para os sindicalizados. Os acompanhantes pagam R\$ 30. Os professores aposentados terão direito a um acompanhante com gratuidade.